

---

## Misoginia no Futebol Feminino: Retratos Históricos no Jornalismo Esportivo<sup>1</sup>

Érika Alfaro de Araújo<sup>2</sup>  
Mauro de Souza Ventura<sup>3</sup>  
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar e analisar os retratos históricos do futebol feminino no jornalismo esportivo marcados pela misoginia, evidenciando estratégias e discursos utilizados e o papel da imprensa esportiva no cenário de origem e avanço da modalidade no Brasil. Com foco na mídia impressa, selecionamos os períodos de origem do futebol de mulheres no país, do impedimento desta prática por lei e do momento após a queda da proibição e consequente retomada da atividade. Entre os resultados, verificamos que ridicularizar, caluniar, difamar, demonizar, sexualizar e objetificar foram mecanismos preponderantes de manifestação da misoginia no que diz respeito a mulheres que desafiaram a sociedade patriarcal para jogar futebol no cenário nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** misoginia; futebol feminino; jornalismo esportivo; esporte; gênero.

### 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero permeia o campo esportivo e atua de forma decisiva no futebol de mulheres desde que a modalidade surgiu no Brasil, com um grande destaque para o período em que foi proibida por lei, de 1949 a 1979, e em uma posterior luta por reconhecimento, condições, infraestrutura, profissionalização e visibilidade.

Partindo do pressuposto de que a misoginia atua para dividir as mulheres e punir aquelas que não se submetem aos padrões de feminilidade definidos pela sociedade patriarcal, buscamos identificar de que forma a história do futebol feminino retratada pelo jornalismo esportivo ilustra as manifestações de misoginia neste recorte da realidade em que mulheres lutam para consolidar seus espaços no esporte.

De acordo com Manne (2018, p. 19), “a misoginia funciona para impor e policiar a subordinação das mulheres e manter o domínio masculino”, como sempre foi a regra no futebol. Para a autora, temos como pano de fundo outros sistemas de opressão e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Bauru – SP, Brasil. E-mail: eriikaalfaro@gmail.com

<sup>3</sup> Jornalista, Livre-docente em Jornalismo e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: ms.ventura@unesp.br.

---

vulnerabilidade, domínio e desvantagem, bem como recursos materiais díspares, permitindo e restringindo estruturas sociais, instituições e mecanismos burocráticos.

Neste artigo, selecionamos recortes de jornais e revistas, isto é, da mídia impressa, em três períodos distintos: da origem do futebol de mulheres no país, do impedimento desta prática por lei e do momento após a queda da proibição e consequente retomada de desenvolvimento da modalidade. Com o aparato teórico fornecido pela definição e a identificação de como a misoginia atua na sociedade, buscamos entender quais mecanismos misóginos podem ser identificados na imprensa esportiva.

## **2 A MISOGINIA E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS**

Para entender o que é misoginia, a etimologia do termo se mostra válida. Isso porque sua raiz grega remete às partículas “miseó”, que pode ser traduzida como odiar, e “gyné”, cujo significado seria mulher. A união desses sentidos é uma palavra que define o ódio, a repulsa ou a aversão às mulheres.

Anjos (2020), no entanto, remontando esse cenário de origem, observa que, na sociedade helênica, a emoção correspondente à “miseó” não era considerada abominável ou indigna a um homem virtuoso, e até mesmo escritores cristãos recorriam à defesa da ira e do ódio. A autora exemplifica com o caso do teólogo Basílio de Cesareia, que asseverava que seria necessário ter amor à virtude e ódio ao pecado de modo equivalente. “Tais medidas acompanhavam a visão aristotélica do ódio como uma emoção moral, gerada a partir da percepção de um vício. (...) O ódio aparece, então, como parte da sociedade, algo que ajuda, inclusive, a sustentar suas estruturas” (ANJOS, 2020, p. 402). A autora ainda discorre sobre o uso político do ódio no sentido de que a construção da aversão com relação ao outro e a criação da figura de um inimigo serviram como justificativas de guerras ou de processos colonizadores. Sendo assim, no caso da misoginia, o uso político do ódio é direcionado às mulheres.

Bosch, Ferrer e Gili (1999) elaboram que, ao longo da história, argumentos foram mobilizados para a defesa da crença de que as mulheres são inferiores aos homens e, por isso, seria correto manter uma atitude misógina. As autoras pontuam que essa inferioridade era considerada natural o que também pode ser lido como “pela vontade de Deus”. Com isso, tal condição seria imutável, e qualquer questionamento sobre o tema seria considerado um ato contra a natureza.

---

As autoras pontuam que tais justificativas eram de ordem tanto religiosas quanto biológicas e pseudocientíficas, e um dos olhares apresentado por elas está no primeiro âmbito: a herança de Eva. Bosch, Ferrer e Gili (1999) lembram do livro bíblico Gênesis, o qual narra que, induzida pela serpente, Eva pecou e convenceu Adão a seguir seu exemplo e, com a descoberta da traição, Deus os expulsou do Paraíso, os amaldiçoou e também seus descendentes.

Já que a culpa recai sobre ela, todas as suas filhas nascerão com seu estigma, lembremo-nos: a mulher é a porta do diabo. Este será o argumento da Igreja Católica na hora de pregar sobre a maldade das mulheres e a necessidade de que estejam sempre sujeitas aos homens (BOSCH, FERRER E GILI, 1999, p. 10).

O estigma de Eva como tentadora e pecadora recaiu sobre as mulheres. Com isso, estabeleceu-se uma noção e uma prática de demonização de figuras femininas, o que se constata por meio de diversos registros históricos e religiosos. Temos como exemplo os escritos de Tertuliano de Cartago, considerado um dos primeiros teólogos cristãos, para quem cada mulher é uma Eva, e a sentença de Deus para o “sexo” feminino vive: “Você [mulher] é a porta do Diabo, você é o agente daquela árvore (proibida): você é a primeira que deserta da lei divina; você é aquela que persuadiu a quem o Diabo não era suficientemente forte para atacar”<sup>4</sup>, diz o autor cristão que viveu entre os séculos II e III.

A demonização das mulheres deixou uma herança não só religiosa, mas sociocultural, que se mantém até a atualidade com a ideia de que o homem deve negar tudo aquilo que é feminino – já que, na visão cristã, o feminino está ligado ao pecado. “O mito de Eva, portanto, estava se espalhando com toda a sua amarga carga de desprezo pelo gênero feminino” (BOSCH, FERRER E GILI, 1999, p. 11).

Tal noção que coloca figuras femininas e masculinas em constante tensão faz parte de uma construção misógina da realidade, já que o ódio e a repulsa são usados em sua função política na manutenção das estruturas da sociedade patriarcal. Sendo assim, para Manne (2018), devemos pensar na misoginia como servindo para sustentar a ordem patriarcal entendida como uma vertente entre vários sistemas semelhantes de dominação, incluindo racismo, xenofobia, classismo, preconceito de idade, capacitismo, homofobia, transfobia e assim por diante. A autora prossegue:

A misoginia faz isso por meio de consequências sociais hostis ou adversas em uma determinada classe (mais ou menos circunscrita) de meninas ou mulheres para fazer cumprir e policiar as normas sociais de gênero na teoria (ou seja,

---

<sup>4</sup> Tertuliano. The Apparel of Women, livro I, cap. 1. 198 d.C.

---

conteúdo) ou na prática (ou seja, mecanismos de aplicação de normas). (MANNE, 2018, p. 13).

A misoginia, visando manter as estruturas patriarcais, busca policiar as mulheres, especialmente aquelas que violam as normas vigentes, não se encaixam nos padrões estipulados para elas e as que ocupam ou desejam ocupar espaços de reserva da masculinidade. Entre essas condutas desejadas, estereótipos de submissão e recato são exemplos. “Nutrir sonhos sobre a pureza feminina é um hábito que atua, na verdade, no fortalecimento do ódio às mulheres, uma vez que nega a elas a simples humanidade, encurralando-as entre a santidade ou a demonização” (ANJOS, 2020, p. 408).

Embora, por definição, o ódio seja direcionado às figuras femininas, como evidencia Manne (2018, p. 52), os “misóginos podem amar suas mães – sem mencionar suas irmãs, filhas, esposas, namoradas e secretárias”, tendo em vista que as mulheres possuem funções sociais muito importantes:

Para a manutenção do sistema patriarcal, o papel das mulheres é essencial – elas têm uma gama de funções a cumprir. Como homens sexistas não desejam viver sem usufruir das tarefas domésticas, sociais, emocionais, sexuais e reprodutivas associadas às mulheres, a completa eliminação do sexo oposto não seria produtora para eles. A misoginia age, portanto, separando as mulheres úteis ao patriarcado daquelas que começam a criar problemas, punindo, preferencialmente, as últimas (ANJOS, 2020, p. 408).

A misoginia, propriedade do ambiente social, atua não para eliminar as mulheres, mas para dividi-las, principalmente, entre as boas e as más, as valorosas e as amorais, as femininas e as masculinizadas, as recatadas e as libertinas, entre tantos outros grupos considerados opostos e excludentes. Com isso, pensamentos e comportamentos das próprias mulheres contribuem para a manutenção desta ordem, já que as noções dominantes do que significa ser uma “boa mulher” estão estabelecidas de tal forma que há figuras femininas que buscam cumprir esse papel e condenar àquelas que não o fazem.

## **2.1 MACHISMO E MISOGINIA**

Manne (2018) nos apresenta uma perspectiva interessante no que diz respeito às desigualdades de gênero ao propor diferenciações entre machismo/sexismo e misoginia. Basicamente, para a autora, o primeiro deve ser entendido como o ramo “justificativo” de uma ordem patriarcal que consiste na ideologia cuja função geral seria de racionalizar e justificar as relações sociais patriarcais. Já a misoginia, ainda de acordo com Manne (2018), se situa no âmbito da “aplicação da lei” de uma ordem patriarcal encarregada de policiar e fazer cumprir suas normas e expectativas regentes.

---

A autora acrescenta que o sexismo atua naturalizando as diferenças sexuais para justificar os arranjos sociais patriarcais, fazendo-os parecer inevitáveis ou retratando pessoas que tentam resistir a eles como lutando uma “batalha perdida”.

Portanto, pode-se dizer que o machismo/sexismo atua diferenciando homens e mulheres, sustentando um sistema discriminatório com base no sexo e no gênero. Já a misoginia, além de diferenciar, ainda busca punir as mulheres consideradas más ou fora dos padrões definidos para a feminilidade.

### **3 MULHERES NO FUTEBOL: UMA HISTÓRIA DE IMPEDIMENTOS**

A falta de mão-de-obra gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fez com que as mulheres passassem a desempenhar papéis antes relegados a elas e a ocupar diversos postos, entre eles, o de trabalhadoras fabris. Neste ambiente, no qual o futebol se fazia presente, elas tiveram contato com a modalidade e, com o tempo, grupos foram formados para sua prática, apresentações para o público foram organizadas e jogos competitivos também se tornaram realidade.

Conforme o futebol feminino se tornava popular pela Europa, a resistência a essa também crescia e, com ela, as medidas de opressão. Em 1921, o órgão dirigente do futebol inglês, a Football Association (FA), aprovou o banimento do futebol feminino, decisão acompanhada, por exemplo, pela França em 1941 e pela Alemanha em 1955.

No Brasil, há registros do futebol de mulheres na década de 1920. Encontros não competitivos, mas de exibição e beneficentes eram comuns. Além disso, conforme o percurso histórico construído por Bonfim (2019), entre a década de 1920 e 1930, o futebol de mulheres se tornou espetáculo circense e era visto em festas esportivas. No que diz respeito à formação de times, as notícias apontam para o início da década de 1940.

Embora as trajetórias de origens sejam distintas em território nacional e fora do país, alguns dos problemas se revelam similares. A popularização do jogo de futebol entre mulheres gerou rejeição e diversas ações de impedimento. Com isso, as barreiras impostas incluíram medidas governamentais. Um Decreto-Lei de 14 de abril de 1941 proibiu o futebol para mulheres, o que foi reforçado por uma deliberação, em 1965, do Conselho Nacional de Desportos (CND).

Durante o período de proibição, a prática clandestina do futebol feminino foi uma forma de resistência tanto à legislação discriminatória baseada no gênero quanto às

---

expectativas socioculturais que impunham modelos de feminilidade e padrões de comportamentos considerados naturais.

Além dos discursos que afirmavam que mulheres que jogavam futebol seriam masculinizadas, que a modalidade era praticada apenas por lésbicas ou que a atividade era violenta em demasia para os corpos frágeis femininos, medidas coercitivas também foram tomadas: mulheres que jogavam futebol eram presas e impedidas pela polícia.

Dessa forma, após décadas de banimento, as medidas que impediam o futebol feminino foram revogadas por volta de 1979. E, após a pressão de times femininos e a luta por uma possibilidade de carreira no esporte, a modalidade foi finalmente regulamentada em 1983 pelo Conselho Nacional de Desportos.

Diante do cenário histórico traçado, é possível afirmar que o futebol se estabeleceu enquanto um reduto da masculinidade, e a entrada de mulheres nesse campo gerou diversas represálias tanto por parte da sociedade quanto pelo o Estado e a imprensa – na qual nos aprofundaremos a seguir. Toda essa trajetória de reivindicação pela possibilidade de jogar futebol deixou marcas na modalidade no Brasil, que até hoje é sublinhada pela luta em prol da profissionalização.

#### **4 METODOLOGIA**

Com o objetivo de investigar de que forma a mídia reforçou e serviu aos propósitos misóginos relacionados ao futebol feminino no Brasil, uma análise qualitativa e uma revisão bibliográfica serão adotadas como procedimentos metodológicos. Isso porque, após a apresentação do conceito de misoginia e a construção histórica da trajetória de impedimentos do futebol feminino no cenário nacional, selecionaremos notícias e publicações da imprensa brasileira que ilustram as posturas misóginas retratadas e realçadas, especialmente, por jornais e revistas.

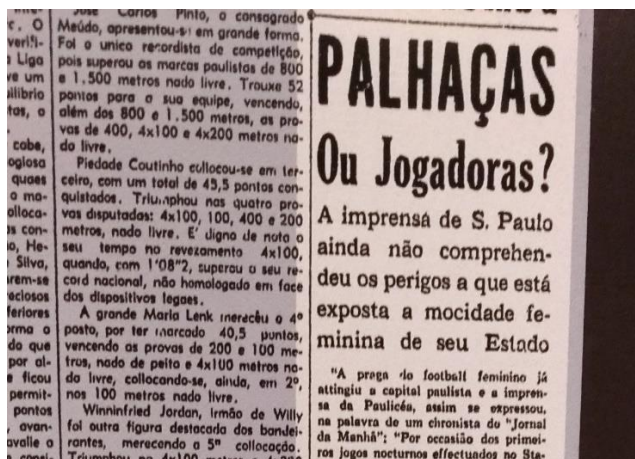
Nessa análise sobre o futebol feminino brasileiro, direcionaremos nosso olhar para três fases históricas: a inserção de mulheres nesse esporte, quando diversas questões foram levantadas para afastá-las desse espaço de reserva masculina; o período de proibição, que impediu a prática da atividade e puniu aquelas que resistiram a repressão; e, por fim, a queda da determinação e a consequente retomada da modalidade, com sua posterior regulamentação, período em que uma das marcas foi a sexualização das atletas. Dessa forma, será possível identificar e avaliar quais manifestações misóginas se fazem presentes no jornalismo esportivo.

## 5 FUTEBOL FEMININO NO JORNALISMO ESPORTIVO

Em meados da década de 1930, de quando datam os primeiros registros do futebol feminino no Brasil, Mourão e Morel (2005, p. 76) observam que, pela pouca intimidade das jogadoras com o esporte, tratava-se de um divertimento para os outros, e a inabilidade fazia com que o jogo fosse visto como uma caricatura, com tons de comédia, misto de curiosidade e frenesi. Assim, pode-se interpretar que a falta de competitividade ou profissionalismo e retratos atrelados ao humor são prováveis justificativas para que exibições de futebol feminino não sofresse represália.

Moura (2003, p. 32-34) afirma que o que aconteceu foi que, em alguns jornais, “as reportagens foram incentivadoras no começo, mas, com o passar do tempo, passou para o discurso combativo”. Levando em conta o teor de humor e a relação com as exibições circenses, alguns jornais passaram ironizar a prática feminina, que foi considerada “um espetáculo ridículo” pelo Diário de Notícias (em 12/11/1940), que não foi o único:

**Figura 2 – Jornal O Imparcial no dia 10 de janeiro de 1941**



“Palhaças ou jogadoras? A imprensa de S. Paulo ainda não compreendeu os perigos a que está exposta a mocidade feminina de seu Estado. A praga do football feminino já atingiu a capital e a imprensa da Paulicéa (...)”. Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagem capturada na exposição no Museu do Futebol CONTRAATAQUE! As Mulheres do Futebol (2019).

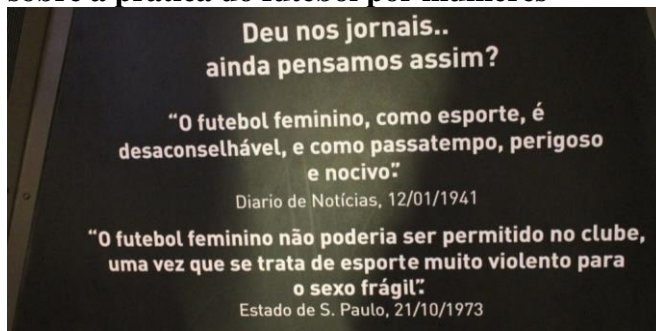
Na década de 1940, quando o futebol deixou de ser apenas uma brincadeira, um evento beneficente ou uma cena montada por atrizes, com a formação de times femininos, as reações estavam estampadas nos jornais, e os argumentos mais recorrentes eram ligados às ideias de que o futebol era impróprio e prejudicial às mulheres e à “natureza feminina”. No trecho destacado anteriormente, o jornal apontou de maneira irônica que o lugar de mulheres jogarem futebol era no circo, em forma de exibição, discorrendo sobre os perigos que o esporte representava para as moças.

**Figura 3 – Excertos do jornal O Imparcial no ano de 1941**



Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagem capturada na exposição no Museu do Futebol *CONTRA-ATAQUE! As Mulheres do Futebol* (2019).

**Figura 4 – Imagem exibida em exposição no Museu do Futebol de frases em jornais sobre a prática do futebol por mulheres**



Frases dos jornais O Diário de Notícias e Estado de S. Paulo ilustram o cenário da década de 1940 até 1970 no que diz respeito ao retrato midiático do futebol feminino. Fonte: Acervo Museu do Futebol (Foto: Roberta Nina/dibradoras).

Além de apontar que as mulheres eram muito frágeis para disputar um esporte como o futebol, considerado violento, os jornais também apresentavam evidências médicas de que esse tipo de prática poderia afetar a saúde física feminina, com preocupação especial com relação à capacidade de gerar filhos.

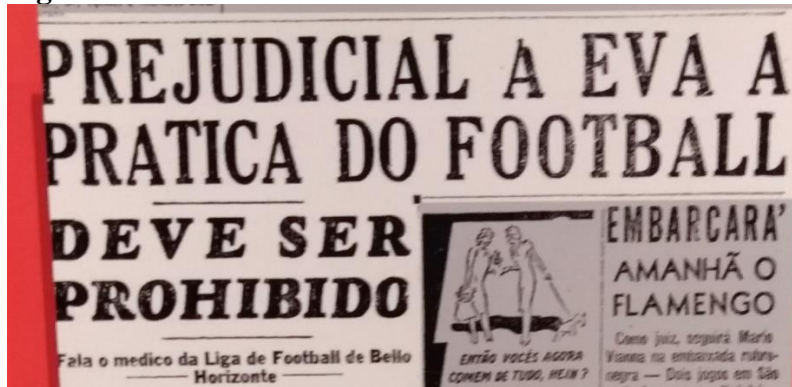
**Figura 5 – Jornal O Imparcial no dia 12 de janeiro de 1941**



“Football e remo não são sports para moças, fala o médico Paulo Frederico de Araujo da Liga de Atletismo do Rio de Janeiro”. Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagem capturada na exposição no Museu do Futebol *CONTRA-ATAQUE! As Mulheres do Futebol* (2019).



**Figura 6 – Jornal Diário da Noite no dia 11 de maio de 1940**



“Prejudicial a Eva a prática do football deve ser proibido, fala o medico da Liga de Football de Bello Horizonte”. Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagem capturada na exposição no Museu do Futebol *CONTRA-ATAQUE! As Mulheres do Futebol* (2019).

Campanhas de difamação direcionadas a figuras ligadas ao futebol feminino envolveram acusações sobre irregularidades financeiras e exploração sexual. Um episódio que ilustra esse cenário é o da equipe do Primavera A. C. que, em 1941, pretendia fazer uma excursão pela América Latina, mas foi impedida pela polícia. Conforme explica Bonfim (2019, p. 172-74), Carlota Alves de Resende, a diretora do clube, foi acusada de explorar financeiramente as mulheres do time e, no texto do jornal O Imparcial, foi chamada de “proxeneta”, que seria “mediadora da prostituição das jogadoras da equipe feminina”.

**Figura 7 – Manchete do Jornal A Gazeta, de 1941, repercute a prisão de Carlota Alves de Rezende**



Fonte: A Gazeta, São Paulo, p. 5, 16 jan. 1941. In: Bonfim, 2019, p. 174.

Carlota, por sua vez, negou todas as acusações, o que, de acordo com Bonfim (2019, p. 175), pode ser observado no jornal Diário de Notícias. No entanto, boa parte da imprensa aprovou a condução da situação pela polícia. Com isso, a casa de Carlota, que

servia como uma sede social do clube, foi descrita por jornalistas como um “antro de perdição” de uma “promiscuidade chocante”.

Prisões aconteceram e o futebol feminino se tornou “caso de polícia”: estava formado o cenário da proibição oficial de 1941, momento em que os jornais passaram a reforçar a noção de que o futebol não era um espaço feminino, reafirmando os malefícios da prática e noticiando os casos de represália com relação a suas praticantes, que também passaram a carregar o estigma de mulheres masculinizadas.

**Figura 8 – Jornal O Globo no dia 31 de julho de 1959**

### “EVITEMOS ESSE ESPETÁCULO DEGRADANTE”

Apelo do Presidente do Diretório Acadêmico da E.N.E.F.D. ao Juiz da 2.ª Vara de Fazenda Pública do Est. de S. Paulo — Tudo Para Que Não se Realize o Jogo Das Vedeiras, a Fim de Impedir Que o Futebol Feminino Possa Grassar Irremediavelmente no País

José Augusto Cavalcanti Cisneiros, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, pretende, por todos os meios, impedir a prática do futebol feminino entre nós. Iniciando a sua campanha, procurou O GLOBO, solicitando a divulgação da sua iniciativa. Ressaltando já ser o basquete “indicado com reservas”, para ser praticado pelo belo sexo, não concebe como se possa pretender a aceitação de um esporte ainda mais violento e inadequado.

#### A ASSOCIAÇÃO DOS ANTI-GOS ALUNOS TAMBÉM REPUDIARÁ

— O problema é o campo. Se deixarmos que se realize esse anunciado jogo entre as vedetas do Rio e de São Paulo, a consequência será que o futebol feminino será um feto consumado e nunca mais haverá solução para o problema. Como a nossa idéia se casa com uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos, enviaremos esforços para impedir o primeiro “match”. Posso informar que a Associação dos Antigos Alunos também irá manifestar, brevemente, a sua total repulsa pelo futebol feminino.

#### ATENTADO A INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER

Segundo o presidente do Diretório Acadêmico, o juiz da 2.ª Vara de Fazenda Pública do Estado de São Paulo, errou ao conceder o liminar do Mandado de Segurança impetrado pela Casa do Afór.

— Como já ficou dito, contraria pronunciamento do C.N.D., órgão criado por Lei, com a finalidade de fiscalizar as atividades desportivas. Depois, atenta contra a integridade física da mulher brasileira, legando-a



José Augusto Cavalcanti Cisneiros, presidente do Diretório Acadêmico da E.N.E.F.D., quando faz declarações no nosso companheiro.

Fonte: Acervo Jornal O Globo.

**Figura 9 – Trecho de artigo do Jornal dos Sports no dia 15 de outubro de 1964**

Um dia, o Dr. João Machado, numa reunião da diretoria da F.A.S., murmurou-nos ao ouvido: — Zé de São Januário, acabei com o quadro de futebol feminino do River.

E o Dr. João Machado disse-nos coisas de apavorar. As moças, logo que calçavam as chuteiras, mudavam de sexo. Usavam casacos de homem e gravata e colarinho e não queriam nada com o sexo forte.

Os escândalos com o futebol feminino foram tantos, que o então delegado Dulcídio Gonçalves proibiu a prática do futebol feminino e oficiou ao C.N.D. Este, por seu turno, manteve a proibição para evitar escândalos.

“As moças, logo que calçavam as chuteiras, mudavam de sexo”, diz o trecho da matéria cujo título era “Um Pedrinha na Chuteira”. Fonte: Acervo Jornal dos Sports.

Com a queda da proibição em 1979 e a posterior regulamentação na década de 1980, discussões e divisão de opiniões puderam ser constatadas: desde consultas sobre as pessoas/leitores serem contra ou a favor da prática até questionamentos a respeito de ser um esporte adequado ou não para mulheres apareceram na imprensa. Na Seção “Fala,

leitor!”, a revista Placar, n. 592 de 8 de setembro de 1981, questionou: “Você é a favor do futebol feminino?” e “Você chegaria mais cedo ao estádio só para ver uma preliminar entre dois times de mulheres?”.

Silva (2015) conta que o resultado da consulta aos leitores não saiu na revista, mas, enquanto a enquete estava aberta, a publicação divulgou cartas que continham opiniões de mulheres, entre as quais destacou:

Se o esporte foi feito para ambos os sexos, acho que cada um tem o direito de escolher o seu. Eu, por exemplo, gosto de jogar futebol, handebol, adoro fazer Cooper. Apesar de jogar futebol, me considero muito feminina. Quem diz que a mulher que joga futebol é homossexual está super enganado, pois nós somos tão mulheres como as que não praticam (PLACAR, 1981, In: SILVA, 2015, p. 89).

A autora destaca que a negação da masculinização e da homossexualidade era constante por parte das mulheres que jogavam futebol, ressaltando que as falas da leitora em questão opunham à figura lésbica a da mulher, como se a sexualidade que foge aos padrões socialmente estabelecidos excluísse a mulher lésbica da categoria mulher.

Dessa forma, com a formação de equipes e organização de campeonatos de FF, passamos para um período de representação estereotipada e sexualização das atletas, uma tendência especialmente forte entre as décadas de 1980, 1990 e inícios dos anos 2000.

Costa (2017) evidencia a matéria do Jornal do Brasil, do dia 23 de dezembro de 1983, como exemplo da necessidade de se anexar atributos considerados femininos às jogadoras, às vezes com exageros, recorrendo a lugares comuns da beleza e da fragilidade da mulher. A matéria dizia: “Leves, graciosas, bem distantes da fama de masculinizadas que as persegue (...) elas sabem como poucos os segredos de um drible ou de um passe. São as jogadoras cariocas de futebol (...)”. Costa (2014) ainda acrescenta que esse tipo de abordagem se tornaria mais constante na década de 1990. E, nesse quesito, a revista Placar oferece exemplos históricos de objetificação de corpos femininos.

**Figura 11 – Foto publicada pela revista Placar em 1995**



“O melhor do jogo. Confesse. Você sempre imaginou como seria se, ao final da partida, as garotas imitassem os homens e trocassem as camisas em campo, não? PLACAR realiza seu sonho. Afinal, futebol é confraternização”. Revista Placar, agosto de 1995. Fonte: Placar Magazine.

**Figura 12 – Capas da revista Placar nos anos de 1997 e 1996, respectivamente.**



“Gostasas. Haja coração... quem são as deusas do futebol feminino” e “Susana Werner. Acredite, ela joga bola!”. Fontes: Placar Magazine.

A mídia impressa produzia narrativas em que o padrão estético superava a técnica das mulheres, e a associação da beleza ao jogo levava sempre a uma atitude de desconfiança sobre as verdadeiras habilidades femininas no esporte (MOURÃO E MOREL, 2005, p. 81). Com isso, a reprodução de estereótipos de gênero pode ser constatada nesse tipo de representação, tendo em vista que há o deslocamento da imagem da mulher enquanto jogadora, atleta e esportista para submeter e resumir tudo isso ao corpo que, por sua vez, serve ao olhar masculino.

## 6 ANÁLISE: RETRATOS DA MISOGINIA NA IMPRENSA ESPORTIVA

Por meio dos exemplos selecionados em jornais e revistas, podemos dizer que os retratos do futebol feminino na imprensa esportiva impressa (que se mantém desde a origem até o desenvolvimento da modalidade no Brasil) incluem elementos como: ridicularização, ironia e desdém; combate, represália e apoio à proibição; masculinização, sexualização e objetificação.

Para Manne (2018), cuja obra se propõe a entender a lógica de funcionamento da misoginia, a hostilidade misógina pode ser qualquer coisa que seja adequada para servir a uma função punitiva, de impedimento ou de advertência. Tal linha de raciocínio pode ser observada na forma como o futebol feminino foi representado pela mídia esportiva com o passar do tempo, tendo em vista que as mulheres que ousavam adentrar esse campo de reserva masculina foram taxadas como “palhaças”, participantes de um “espetáculo

ridículo” e foram advertidas sobre os riscos e prejuízos da prática para, depois, serem impedidas de realizar a atividade física. Todas essas ações e discursos tinham como objetivo afastar as mulheres do futebol, um espaço incompatível com os padrões de feminilidade delimitados pela sociedade patriarcal. A autora elabora que a hostilidade misógina abrange uma miríade de movimentos de "down girl" ou, em tradução livre, meninas para baixo. Com isso, elenca esse tipo de ação ou comportamento:

Para generalizar: os adultos são insultuosamente comparados a crianças, as pessoas a animais ou mesmo a objetos. Além de *infantilizar e depreciar*, existe *ridicularizar, humilhar, zombar, caluniar, difamar, demonizar*, bem como *sexualizar ou, alternativamente, dessexualizar, silenciar, evitar, envergonhar, culpar*, ser paternalista, condescendente e outras formas de tratamento que são desdenhosas e depreciativas em contextos sociais específicos (MANNE, 2018, p. 68, grifos nossos).

Muitos dos padrões apontados pela autora puderam ser verificados nos trechos e recortes selecionados no item anterior, inclusive o uso de um termo que remete ao contexto de demonização descrito no item 2, no qual buscamos entender do que se trata a misoginia. Isso porque não era incomum o uso do termo “evas” para se referir às mulheres, como é possível observar na figura 6. O livro “Evas do gramado: a história do Primavera Atlético Clube, o time de futebol feminino proibido no Governo Vargas” conta que as jogadoras de futebol eram chamadas dessa forma pelos jornais na década de 1940, o que podemos interpretar como uma forma de acessar a noção de que as mulheres carregam a herança pecadora da imagem da primeira mulher dos cristãos.

Dessa forma, a estratégia da também já citada divisão das mulheres pode ser constatada quando há distinções entre as mulheres “corretas” e as “proxenetas” que frequentavam espaços “promíscuos” ligados ao futebol feminino. Nesse sentido, temos as campanhas difamatórias, como o exemplo de Carlota Alves Rezende, acusada de aliciar mulheres e ganhar dinheiro dessa forma ao fazê-las jogar bola: “Quando o debate não recaía sobre a exploração financeira, eram as suspeitas de exploração sexual que recaíam sobre a mentora esportiva” (BONFIM, 2019, p. 173).

No âmbito da sexualização e da objetificação, fica nítido o uso desses mecanismos misóginos por meio de registros fotográficos focados no corpo feminino e também nos conteúdos dos textos, que deixavam de lado aspectos técnicos e táticos inerentes ao esporte para dar espaço a questões que remetiam a estética das atletas e até mesmo as vidas pessoais das jogadoras. A submissão da performance e do espaço ocupado por atletas ao olhar e ao desejo masculino se revela enquanto um dispositivo que pune essa

---

mulher, silencia a trajetória dessa modalidade que superou diversas barreiras no seu objetivo se estabelecer – de maneira legal e regulamentada, além de profissional – e diminui a atuação esportiva das jogadoras.

Portanto, ridicularizar, zombar, caluniar difamar, demonizar, sexualizar e objetificar foram mecanismo preponderantes – não os únicos – verificados ao longo do período de origem, proibição e desenvolvimento do futebol feminino brasileiro na imprensa esportiva do país.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o objetivo de verificar os retratos históricos do futebol feminino no jornalismo esportivo marcados pela misoginia, foi possível verificar que, nos três períodos selecionados como foco da análise, algumas estratégias, mecanismos e discursos se sobressaíram, evidenciando o papel da imprensa esportiva no cenário de origem e avanço da modalidade no Brasil.

A princípio, quando as mulheres participavam de eventos beneficentes ou realizavam exposições, até mesmo em circos, tratava-se de algo curioso e caricatural. No entanto, a formação de times e o início de uma organização da modalidade feminina, sem o tom de brincadeira ou humor, mas de competição e prática esportiva, gerou incômodos e reações na sociedade patriarcal da década de 1940. Dessa forma, é possível interpretar que, da origem até o período anterior à proibição (que levaria ao impedimento garantido por lei), a imprensa esportiva ridicularizou, ironizou, desdenhou, caluniou e difamou tanto o futebol feminino quanto as mulheres envolvidas nesse contexto.

No período em que, de fato, a modalidade se tornou proibida, entre as décadas de 1940 e 1970, o combate, a represália, o apoio aos impedimentos, o silenciamento, a demonização, as “ameaças de masculinização” e a divisão das mulheres entre boas e más foram mecanismos que se fizeram presentes nos recortes selecionados.

Com a queda da legislação, a partir da década de 1980, a sexualização e a objetificação foram predominantes em retratos que privilegiaram a exposição dos corpos em conteúdos que sujeitavam o trabalho e a performance de uma mulher atleta a questões estéticas e corporais submetidas ao olhar masculino.

Diante deste cenário, consideramos que a misoginia enquanto uma propriedade do ambiente social, que busca punir as mulheres que fogem dos padrões definidos para a feminilidade, atuou e se revelou marcante na forma como o jornalismo esportivo tratou o

futebol feminino no decorrer do tempo, especialmente nos três momentos selecionados. Isso porque estas mulheres, atletas e jogadoras, adentraram um campo historicamente masculino, deixaram de lado as expectativas sociais de feminilidade e foram punidas (até mesmo com cadeia). Com isso, lutaram e ainda lutam por espaço no futebol brasileiro, um campo historicamente marcado pela desigualdade de representação quando percebemos a ênfase em retratos midiáticos misóginos tratando-se de gênero enquanto uma categoria em que prevalece as dimensões sociais das diferenças entre os sexos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Auriel. **Evas do gramado**: a história do Primavera Atlético Clube, o time de futebol feminino proibido no Governo Vargas. Rio de Janeiro: Hanoi Editora, 2017.
- ANJOS, Júlia Cavalcanti Versiani. **Misoginia como retórica política: o caso do movimento antissufrágio**. Revista *Ártemis*, vol. XXX nº 1; jul-dez, 2020. pp. 401-421
- BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019, Dissertação - Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2019.
- BOSCH, Esperanza; FERRER, Victoria A.; GILI, Margarita. **Historia de la misoginia**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 1999.
- COSTA, Leda Maria. **O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 13, 2017, p. 493-507. Disponível em: <[http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wpcontent/uploads/2018/02/AGCRJ\\_revista\\_180201-1-167-181.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wpcontent/uploads/2018/02/AGCRJ_revista_180201-1-167-181.pdf)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Beauty, effort and talent: a brief history of Brazilian women's soccer in press discourse**. *Soccer and Society*, 15(1), pp. 81-92, 2014.
- MANNE, Kate. **Down girl: the logic of misogyny**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.
- MOURA, Eriberto José Lessa. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Unicamp, Campinas, 2003.
- MOURÃO, Ludmila e MOUREL, Marcia. **As narrativas sobre o futebol feminino**: O discurso da mídia impressa em campo. *Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas*, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005
- SILVA, Giovana Capucim. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. 2015.